

A geopolítica de expansão dos EUA e as teorias geopolíticas clássicas

Carlos José Crêspo Santos¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a utilização de bases insulares pelos Estados Unidos, especialmente as existentes em Porto Rico e Guam sob a ótica Geopolítica, para verificar quais as finalidades, antigas e atuais, de utilização dessas bases. Partindo de premissas da Geopolítica Clássica, a Teoria do Poder Marítimo e a Teoria do *Rimland*, elaboradas no século XIX e XX, respectivamente, assim como mediante um apanhado histórico da formação dos EUA no que se refere à expansão territorial, poderemos analisar se os ordenamentos geopolíticos utilizados pelos EUA nos séculos XIX e XX continuam sendo aplicados no século XXI. Por fim, poderemos concluir se as Teorias do Poder Marítimo e do *Rimland* ainda explicam as ações de projeção de poder estadunidense.

Palavras-chave: Teorias Geopolíticas; Estados Unidos; Rimland.

Introdução

Encontrando-se entre os maiores países do mundo em extensão geográfica e influência política, a área territorial continental dos EUA, atualmente, supera os 9.826.675 km². Sua gênese fora as Treze Colônias ainda durante a colonização da Inglaterra, que culminaria na expansão territorial e no processo de emancipação perante a Metrópole Inglesa, quando com a Declaração de Independência em 1776, os EUA se tornaram a primeira nação independente republicana das Américas.

Ao longo de mais de duzentos anos o processo de expansão territorial dos EUA parece ter seguido um ordenamento baseado em premissas contidas em teorias que precedem a própria criação da Geopolítica enquanto campo acadêmico, mas que posteriormente seriam absorvidas por esta. Desde sua fundação nas Treze colônias à Independência, e no século XX com as Guerras Mundiais e a Guerra Fria, os EUA modelaram e remodelaram conceitos, além de se expandirem geograficamente ou por influência política pelo mundo, também ocasionaram a derrocada e esfacelamento de Impérios até então em constante processo de crescimento, como o Áustro-Húngaro e o Japonês. Isso fez com que as grandes potências criassem, mantivessem ou reajustassem estratégias no intuito de garantir a manutenção de suas zonas de influência.

¹Mestrando em Ciência Política (UFPE). Sócio da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. Contato: cajecrespo@gmail.com

Usando de premissas presentes na Geopolítica, como as contidas na Teoria do Poder Marítimo, de autoria do Almirante Alfred Thayer Mahan (1840-1914) e da Teoria do *Rimland*, de autoria do alemão naturalizado americano Nicholas John Spykman (1893-1943), procuraremos entender se estas podem explicar as atitudes implementadas pela política externa dos EUA no que tange a projeção de poder.

Nesse contexto, usando como subsídio uma análise de posições estratégicas no Mar do Caribe e no Oceano Pacífico, respectivamente a República de Porto Rico e o Território Não-Incorporado de Guam, desejamos construir um estudo que vise confirmar ou não as bases geopolíticas da política externa estadunidense no contexto de uma política expansionista de poder.

Ao falarmos de zonas de influência devemos considerar tanto o âmbito político-social quanto o geográfico. Nesse sentido, o século XX trouxe o fim dos grandes impérios, como o Austro-Húngaro, o Turco-Otomano, o Alemão e o Soviético. As duas guerras mundiais e, por último, a Guerra Fria, dentre outros, ocasionaram uma reviravolta no sistema organizacional do sistema internacional, principalmente no campo político e econômico, porque permitiram a ascensão de uma nova potência hegemônica, os EUA, largamente à frente das antigas metrópoles e Estados poderosos eurasiáticos, agora combalidos pelos altos custos das guerras mundiais.

Ao traçarmos a conjuntura global do pós-Segunda Guerra Mundial constata-se o fim da maioria dos territórios coloniais, assim como a criação da Organização das Nações Unidas em 1945. Não que esses eventos tenham significado o fim das relações entre Estados dominadores e dominados, mas estas, agora, assumiriam novas facetas. O pós-guerra apresentou um mundo agora gerido pelas relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, mundo este bipolar, com os EUA e a URSS encabeçando a busca por áreas de influência mundiais. Da mesma forma, uma política de construção de bases ao redor do globo também ilustrará nosso trabalho para auxiliar na construção da conclusão.

O objetivo central dessa pesquisa é analisar a participação e influência da Geopolítica Clássica na política externa norte-americana, por intermédio das supracitadas Teoria do Poder Marítimo e Teoria do *Rimland*, bem como da estratégia bélica de construção de bases militares em pontos-chave por todo o mundo. Tal processo, algumas vezes, se deu no sentido de transformar possessões em protetorados, e estes, por sua vez, em Estados Livres Associados, caso de Porto Rico, ou da ocupação e controle sem anexação à União, caso dos Territórios Não-Incorporados, como a Ilha de Guam, todas áreas insulares de

suma importância. Ao longo da pesquisa trabalharemos também com a conceituação de tais mecanismos.

Usando mão de conceitos e teorias geopolíticas existentes no âmbito das Relações Internacionais, procuraremos compreender as justificativas dessa estratégia expansionista. Para tanto, lançaremos mão de bibliografias relativas à temática, tanto de autores comumente presentes nos estudos das Relações Internacionais como de pensadores nativos de tais áreas insulares, além de utilizar também documentos, relatórios, tratados, dentre outros, de agências e departamentos governamentais estadunidenses.

A geopolítica de expansão dos EUA

Iniciamos a análise com um apanhado histórico da formação territorial dos EUA, acompanhada da apresentação de algumas teorias geopolíticas fundamentais para compreendermos esse movimento. A evolução no controle de regiões estratégicas pelos EUA faz parte da sua política expansionista desde que se consolidou como Estado e início seu projeto de construção de uma potência mundial.

Os Estados Unidos foram o primeiro estado nacional que se formou fora da Europa. Mas sua conquista e colonização foi uma obra do expansionismo europeu, assim como sua guerra de independência foi uma “guerra europeia”. E seu nascimento foi – ao mesmo tempo – o primeiro passo do processo de universalização do sistema político interestatal, inventado pelos europeus, e que só se completaria, no final do século XX. Além disso, depois da independência das 13 Colônias, em 1776, os Estados Unidos se expandiram de forma contínua, como aconteceu com todos os estados nacionais que já se haviam transformado em Grandes Potências, e em Impérios Coloniais. (FIORI, 2004, p. 4).

Após a consolidação do estado e formação das fronteiras desde o Atlântico até o Pacífico, seguindo as premissas da Teoria do Poder Marítimo, uma verdadeira odisseia foi implementada em busca do controle de zonas de influência estratégica, em especial de pontos insulares. Algumas dessas regiões que ainda continuam sob controle dos EUA são Guam, Porto Rico e República de Palau. Ao longo do tempo algumas delas se emanciparam da proteção estadunidense, caso de Cuba e Filipinas. Qual seria então o interesse estratégico-militar estadunidense em controlar áreas insulares? Será que as premissas das Teorias do Poder Marítimo e do *Rimland*, respectivamente datadas dos séculos XIX e XX, continuam fazendo parte do ordenamento geopolítico dos EUA?

Desde que se consolidaram como potência, os EUA vêm estabelecendo tratados de associação com outros Estados. Com um território distendido ao longo da América do

Norte entre dois oceanos, o Atlântico e o Pacífico, os Estados Unidos não tinham vizinhos que pudessem ameaçar sua segurança. Seu extensivo litoral impedia que qualquer bloqueio fosse efetivamente mantido. E, ao ascender ao primeiro lugar no ranking das maiores potências industriais nos anos 1890, os EUA começaram a robustecer seu poder marítimo, até então menor que de países como Brasil, Argentina ou Chile. Assim puderam projetar sua influência para o Ocidente e o Oriente, avançando sobre os mares, que a Grã-Bretanha ainda controlava como o “*chief builder and shipowner*”, com “*vast imperial responsibilities*” na Ásia e na África (MACKINDER 1925, p. 334 *apud* BANDEIRA, 2008, p. 1).

Pelo caminho das guerras ou dos mercados, os Estados Unidos anexaram a Flórida em 1819, o Texas em 1835, o Oregon em 1846, e o Novo México e a Califórnia em 1848. E no início do século XIX, o governo dos Estados Unidos já havia ordenado duas “expedições punitivas”, de tipo colonial, no norte da África, onde seus navios bombardearam as cidades de Trípoli e Argel, em 1801 e 1815. Por outro lado, em 1784, um ano apenas depois da assinatura do Tratado de Paz com a Grã Bretanha, já chegavam aos portos asiáticos os primeiros navios comerciais norte-americanos, e meio século depois, os Estados Unidos, ao lado das Grandes Potências econômicas europeias, já assinavam ou impunham Tratados Comerciais, à China, em 1844, e ao Japão, em 1854. (FIORI, 2004, p. 5).

Essa expansão, sempre acompanhada do estabelecimento de bases militares e postos de observação, aparentemente foi embasada por teóricos geopolíticos, muitas vezes militares, a exemplo do supracitado almirante Mahan, ou geoestrategistas, a exemplo de Spykman. Na maioria dos casos, essa expansão e construção de uma hegemonia imperial foi orientada não só pelo desejo de crescimento territorial e de pontos estratégicos, mas também para garantir áreas de testes bélicos e mercados consumidores.

De acordo com Marcondes (2006, p. 1), o imperialismo pode ser definido como a:

(...)ocorrência de um fenômeno político, militar e econômico, onde um Estado mais poderoso que os demais estende controle ou autoridade sobre uma ou mais entidades estrangeiras com a finalidade de adquirir ou manter um *imperium*, seja através do domínio direto - com conquistas territoriais - seja através de métodos indiretos - como o controle da economia, política e cultura alienígena.

Conceito que pode ser aplicado para entender o expansionismo norte-americano:

Por fim, na própria América, quatro décadas depois da sua independência, os Estados Unidos já se consideravam com direito à hegemonia exclusiva em todo continente, e executaram sua Doutrina Monroe intervindo em Santo Domingo, em 1861, no México, em 1867, na Venezuela, em 1887, e no Brasil, em 1893. E, finalmente, declararam e venceram a guerra com a Espanha, em 1898, conquistando Cuba, Guam, Porto Rico e Filipinas, para logo depois intervir no Haiti, em 1902, no Panamá, em 1903, na República

Dominicana, em 1905, em Cuba, em 1906, e, de novo, no Haiti, em 1912. Por fim, entre 1900 e 1914, o governo norte-americano decidiu assumir plenamente o protetorado militar e financeiro da República Dominicana, do Haiti, da Nicarágua, do Panamá e de Cuba, e confirmou a situação do Caribe e da América Central como sua “zona de influência” imediata e incontestável. (FIORI, 2004, p. 5).

A construção de uma potência imperial requer toda uma estrutura institucional, que veio a ser construída ao longo dos séculos XIX e XX. Além do desenvolvimento e estruturação de forças terrestres, aéreas e navais, foram criados escritórios, departamentos e comissariados ligados diretamente ao Departamento de Estado e de Interior Americano, o primeiro responsável pela supervisão e coordenação da assistência dos EUA e do financiamento de programas do governo em áreas insulares e demais, o segundo responsável pelas relações diretas dos EUA para com tais regiões, de acordo com o Escritório de Relacionamento Insular dos EUA:

Bases militares estrangeiras foram estabelecidas ao longo da história da expansão dos estados e das guerras. Eles proliferam onde um estado tem ambições imperiais, seja através do controle direto do território ou através de controle indireto sobre a economia política, leis e da política externa de outros lugares. Ou não se reconhece como tal, um país pode ser chamado de um império, quando projetos de energia substanciais com o objectivo de afirmar e manter a dominação sobre outras regiões. (LUTZ, 2010, p. 2).

A lógica geopolítica da ocupação: os casos de Porto Rico e da Ilha de Guam

Quando analisamos a ocupação e construção de bases além-mar pelos EUA será possível observar toda uma cadeia interligada de pontos estratégicos que permitem o controle e a observação, em um curto espaço de tempo, de qualquer lugar do globo. Para ilustrar essa afirmação, usaremos os exemplos de Guam e da República de Porto Rico.

Figura 1 – O Estado Livre Associado de Porto Rico



Fonte: <http://www.doi.gov/oia/Islandpages/prpage.htm>

Localizada no centro do Mar do Caribe, no Oceano Atlântico (Figura 1), a República de Porto Rico foi colônia espanhola até fins do século XIX. Desde a sua descoberta e conquista pelos espanhóis em 1493, Porto Rico viu a aniquilação do povo buriqui, como eram chamados os indígenas da ilha, a implantação da escravidão de africanos, o atentado contra a cultura local e a exploração econômica das mais diversas formas. Inicialmente, por parte da Espanha e, posteriormente, pelos Estados Unidos, Porto Rico sempre foi dominado pelas grandes potências.

Porto Rico historicamente faz parte do projeto estratégico-militar dos Estados Unidos. Temendo que potências europeias voltassem a estender sua influência para a América depois da descolonização, os EUA iniciaram uma estratégia de desmonte do controle de antigas colônias e protetorados europeus na América (SANTANA, 1996), visto que ele próprio havia sido uma colônia até sua independência da Inglaterra nos idos de 1776:

Porto Rico desempenha um papel chave dentro do esquema militar global e regional do Imperialismo. Entre outras coisas, se considera: uma peça nos sistemas de defesa do Canal do Panamá e de seus acessos marítimos; uma base de operações que possibilita intervenções militares na região do Caribe e que serve para amedrontar permanentemente os povos vizinhos; um centro de controle das atividades navais e das rotas marítimas no Atlântico Sul; cenário para o treinamento de todo tipo e campo de teste para as armas mais modernas e por fim uma fonte abundante de recrutas para o exército dos Estados Unidos. (SANTANA, 1996, p. 15).

Em 1952, Porto Rico se tornou Estado Livre Associado aos EUA. Os cidadãos porto-riquenhos passaram a serem cidadãos com direitos semelhantes aos estadunidenses, o dólar foi adotado como a moeda oficial e a ilha recebeu os mesmos incentivos que um estado federado, podendo também ter sua própria constituição, desde que esta não ferisse preceitos da constituição estadunidense, e também podendo escolher seu próprio governante, mas subordinado ao Presidente dos Estados Unidos. Por fim, passam a ter direito a um Comissário na Câmara dos Representantes do Congresso dos EUA, com direito a voz, mas sem direito a voto. De igual forma, os cidadãos porto-riquenhos devem reconhecer a autoridade do Presidente dos EUA, mas não podem participar da sua escolha.

O papel estratégico de Porto Rico foi apreciado pelos militares americanos como uma posição vantajosa para os Estados Unidos que devem ser tomadas dos espanhóis para, no futuro, servir como uma base de defesa do Canal do Panamá. O Almirante Alfred Thayer Mahan escreveu que Porto Rico “teria um valor inestimável para o país mãe [Espanha] como uma estação intermediária e naval e como uma base de suprimentos e reforços para ambas as frota navais e exército(...). A sua posse permitiria desfrutar das mes-

mas vantagens para a grande cena de operações que os Estados Unidos tinham em virtude da nossa posição geográfica. (BARNES, 2008, p. 1).

O total controle da ilha caribenha evoluiu, com o passar dos anos, para a cessão de certa autonomia a Porto Rico, culminando com o referendo de 1998, que ratificou a condição de Estado Livre Associado já vigente. O caráter estratégico dessas decisões é fundamentado em vários aspectos, frisando que o serviço militar dos porto-riquenhos para com os EUA é obrigatório:

O uso militar em Porto Rico ficou circunscrito à ação da Marinha de Guerra, que mantinha no oriente da nossa Ilha maior a principal base naval dos EUA de todo o Caribe (e, quem sabe, talvez de todo o Atlântico Norte), assim como às ilhas-município de Vieques e de Culebra, onde se situam os campos de manobras da Marinha e dos seus aliados do Tratado do Atlântico Norte e da Organização dos Estados Americanos. (BRÁS, 2008, p. 1).

Graças a sua geografia e localização única, uma vez que a ilha se converteu, desde os 1940 até hoje, em campo de tiro, de ensaios bélicos e de armazenamento de armas - incluindo armamento nuclear da marinha de guerra norte-americana, de acordo com Brás (2008). Assim,

Quanto à teoria do poder marítimo, seu principal expoente foi o almirante norte-americano Alfred T. Mahan (1840-1914). Sua obra transformou-se em referência dos partidários do “destino manifesto” dos EUA e dos defensores da política de expansão do poderio naval daquele país. Na prática, em 1898, a conquista de Porto Rico e das Filipinas, assim como a vitória da guerra Hispano-Americana, consolidaram o poder marítimo dos EUA no Caribe e no Pacífico. A abertura do Canal do Panamá, em 1914, possibilitou a junção das frotas do Atlântico e do Pacífico transformando os EUA em uma grande potência marítima e insular. (SANTOS, 2009, p. 11).

Situada em no Oceano Pacífico, com uma posição estratégica próxima da Indonésia, Filipinas, Japão e China (Figura 2), a Ilha de Guam também foi cedida aos EUA pela Espanha graças ao Tratado de Paris de 1898. Em 1899, o Comandante da Marinha dos EUA tomou posse da ilha para os Estados Unidos, estabelecendo a base *USA Naval Station* no mesmo ano. Entre 1941 e 1994 a ilha foi ocupada e controlada pelos japoneses, até sua retomada durante os conflitos marítimos entre EUA e Japão na Segunda Guerra Mundial:

Durante a Guerra Fria, muitos destes territórios tiveram bases militares construídas, além de servirem de depósitos de ogivas e lançadores de armas nucleares. Dentre estes, destacam-se Guam, Havaí, Porto Rico, Alas-

ca, Midway e a ilha Johnston, todos eles territórios controlados pelos Estados Unidos. (VIEIRA, 2003, p. 1).

Figura 2 – A Ilha de Guam



Fonte: <http://www.infoplease.com/atlas/state/guam.html>

Guam, que é frequentemente descrito como a "ponta da lança", é o território mais avançado dos EUA no Pacífico Ocidental. Localizado apenas algumas horas por via aérea ou alguns dias por mar de interesses estratégicos como o Japão, a península coreana, e China, Guam é crítica à postura de defesa dos EUA na região da Ásia/Pacífico Ocidental. Guam é atualmente o lar de uma grande presença dos EUA militar que inclui bases da Marinha e Força Aérea, que compreende quase 27% da massa terrestre da ilha. O Departamento de Defesa (DoD) planeja realocar 8.600 Marines e cerca de 9.000 dependentes de Okinawa para Guam, com um custo inicial estimado de 10,27 bilhões dólares. (Departamento de Interior dos EUA – Tradução nossa).

As bases militares normalmente descarregavam lixo tóxico nos ecossistemas locais de Guam, onde as bases militares levaram a criar nada menos que 19 pontos extremamente poluídos. Em Porto Rico, essa contaminação gera ressentimentos e, por vezes, movimentos sociais extremamente explosivos contra as bases, como aconteceu em Vie-

ques² nos anos 1990. Os Estados Unidos utilizaram Vieques para exercícios de bombardeio real durante 180 dias por ano, e em 2003, ano em que os Estados Unidos se retiraram do local, a paisagem estava atulhada de granadas detonadas e por detonar, esferas de urânio depletado, metais pesados, petróleo, lubrificantes, solventes e ácidos. Segundo ativistas locais, a taxa de câncer em Vieques era 30% mais alta do que no resto de Porto Rico (GUSTERSON, 2004).

A presença dos EUA em Guam é apropriadamente chamada imperial porque os EUA são um império no sentido estrito do termo, usado por historiadores e outros analistas sociais de formas políticas. Além de colonialismo, outro conceito relevante para a situação de Guam é a militarização. Refere-se a um aumento do trabalho e dos recursos alocados para fins militares e na formação de outras instituições em sincronia com objetivos militares. Trata-se de uma mudança de crenças e valores sociais de forma que o uso legítimo da força, (LUTZ, 2010, p. 2).

Figura 3 – Regiões Navais dos EUA



Fonte: http://www.cnmc.navy.mil/Marianas/Installations/index.htm?show_map_world

Sob Região Mista das Marianas, os EUA, por meio da Base Naval de Guam e Base da Força Aérea de Andersen, supervisionam suas respectivas exigências de missão e operações. A Região Mista das Marianas supervisiona serviços de apoio, políticas e recursos e é um símbolo da parceria histórica entre a Marinha e Força Aérea em Guam, colmatando a aproximadamente 30 quilômetros entre Base Naval dos EUA em Guam e Base da Força Aérea de Andersen. O comandante da Região Mista das Marianas também serve como comandante Naval dos EUA nas Forças Marianas e Representantes da Defesa dos EUA para Guam, Commonwealth das

²Ilha-município de Porto Rico, localizada no Mar do Caribe, no passado conhecida como Ilhas Virgens Espanholas.

Ilhas Marianas do Norte, República de Palau e Estados Federados da Micronésia (Departamento de Defesa dos EUA – Tradução nossa).

Século XXI, novo ordenamento ou continuidade?

Com o final do século XX e início do XXI, chegamos ao ponto final de nossa pesquisa, de analisar se houve uma mudança da estratégia estadunidense no que tange as áreas de influência em análise. Protetorados, possessões e, principalmente, Estados Livres-Associados, com o tempo, tornaram-se ainda mais consumidores de produtos manufaturados dos EUA e, em contrapartida, vendem produtos primários como matérias-primas de modo a manter a relação de dependência entre protetor, os EUA, e protegidos, Porto Rico e Guam. A construção de um império, em particular um império capitalista no início do século XXI, requer uma elaborada arquitetura militar para proteger e consolidar os interesses econômicos essenciais para os impérios modernos (PETRAS, 2001).

Além dos benefícios estratégicos militares de Porto Rico e Guam aos EUA, oferecem mercados consumidores e mão de obra militar, visto que os cidadãos, para gozarem dos mesmos direitos também devem cumprir com as mesmas obrigações de se alistarem nas Forças Armadas dos EUA. A economia de ambas as ilhas têm no turismo sua principal base, e o parque industrial é basicamente formado por empresas dos Estados Unidos.

De acordo com o The World Factbook da CIA, Porto Rico tem uma das economias mais dinâmicas da região do Caribe, um setor industrial diversificado que ultrapassou em muito a agricultura como *locus* da atividade econômica e da renda nacional. Encorajados pela isenção de impostos pela administração dos EUA e por incentivos fiscais, empresas dos EUA têm investido pesadamente em Porto Rico desde 1950.

Nota-se, pela análise, que boa parte das ilhas, protetorados e Estados Livres Associados aos EUA continuam servindo de ponto de testes ou depósitos de armas como forma de manutenção das zonas de influência e presença estratégica no mundo, tendo ocorrido, inclusive, testes nucleares entre 1946 e 1958 nos Atóis de Biquini e Enewetak.

O fim da Guerra Fria fez com que os EUA ampliassem seus focos de influência para além das Áreas Insulares, mas sem abandoná-las. Esse movimento pode ser usado para explicar a mudança estratégica dos EUA ou revisão da mesma. Observa-se que no início dos anos 1990, graças ao reordenamento global do poder com o esfacelamento da URSS, os EUA revisaram a configuração de suas zonas de influência e dos pontos estratégicos de outrora.

Em relação a Guam, as bases militares continuam fazendo parte do amplo sistema militar dos EUA presente em todo o mundo: “O programa em Guam foi projetado para cus-

tar entre US\$ 10 e US\$ 15 bilhões de dólares, com grande parte desse montante custeando contratos com empresas dos EUA, Japão, Coreia do Sul e, menos significativamente, de Guam em si.” (LYTZ, 2010, p. 3). Ou seja, as empresas e cidadãos de Guam não tem acesso ou se beneficiaram muito pouco em relação aos investimentos realizados:

O impacto ambiental, político e econômico dessas bases são enormes. Enquanto algumas pessoas beneficiam a vinda de uma base, pelo menos temporariamente, a maioria das comunidades e muitos dentro delas pagam um preço alto: a sua terra de fazenda tomada por bases, seus corpos atacados por cânceres e distúrbios neurológicos devido às militares exposições tóxicas, seus vizinhos presos, torturados e desaparecidos pelos regimes autocráticos que sobrevivem com o apoio dos EUA militar e político dado como uma forma de renda tácita para as bases. (LUTZ, 2010, p. 3).

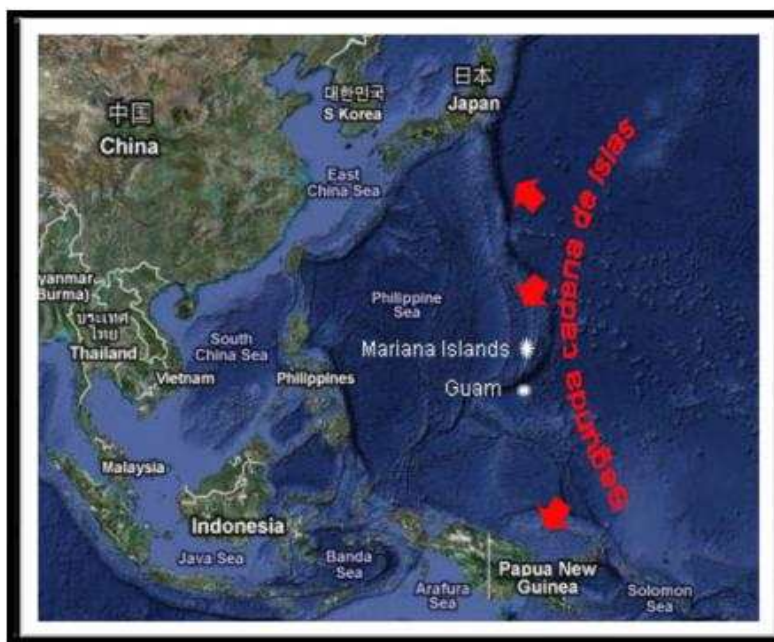
Outro ponto a ser destacado é a manutenção de áreas como Guam e Porto Rico sob a tutela dos EUA para controle da ascensão de Estados asiáticos, em especial a China, potência econômica que pode vir a ameaçar a hegemonia estadunidense. Os EUA, Japão e outros países marítimos tradicionais também devem reconsiderar o "poder naval" na Ásia como um componente-chave de sua capacidade de defender seus próprios interesses nacionais (KANEDA, 2005). Tais afirmações podem justificar a continuidade do interesse dos EUA em ter a Ilha de Guam sob seu controle, considerando a localização geográfica próxima de Estados como China e Japão, estes considerados potenciais ameaçadores aos interesses nacionais dos EUA.

A expansão naval da China altera o equilíbrio existente no Oceano Índico e no Pacífico Ocidental, colidindo com os interesses de segurança de outras potências marítimas como Japão, Índia, ou os EUA, este último é a única superpotência global que ostenta a proeminência em águas marinhas do Extremo Oriente. (FERREIRÓS, 2011, p. 1).

A questão de projeção de poder dos EUA está intimamente ligada ao controle dessas áreas estratégicas também na atualidade. Ainda de acordo com Ferreirós (2011), este processo de expansão marítima tem efeitos sobre o equilíbrio de poder nessas regiões e, portanto, abre o risco de conflito entre Pequim e os países costeiros do Mar da China Meridional e do Oceano Índico e, claro, de Pequim com o poder militar da Marinha dos EUA, única com capacidade de bloquear portos e transporte marítimo chinês contando com a vantagem estratégica que lhes oferecem suas bases em torno da periferia da China, Japão, Coreia do Sul e Guam. Na concepção desse autor, a nova concepção estratégica adotada pela China de controle dos mares próximos estabelece a necessidade de contro-

lar as águas ao Oeste e a segunda cadeia de ilhas que se estendem desde o Japão, incluindo as Ilhas Marianas e Guam, estas últimas sob o controle dos EUA (Figura 4).

Figura 4 – Segunda cadeia de ilhas do Pacífico



Fonte: FERREIROS, Alejandro Mackintay. Las ambiciones Marítimas de China. Documento de Opinión 06/2011

Assim, conforme Vine (2007 *apud* TEIXEIRA, 2008, p. 3):

(...)a militarização de Guam é objetivamente mais extrema em sua concentração do que a encontrada praticamente em qualquer outro lugar na Terra. Existem apenas algumas outras áreas que estão em condições semelhantes - todos, não por coincidência, como ilhas de Okinawa, Diego Garcia e, no passado, Vieques, Puerto Rico (ver, por exemplo, Inoue, 2004, Yoshida, 2010 e McCaffrey, 2002). Este foi o produto de uma estratégia de ilha para a Marinha dos EUA, desenvolvido em face da descolonização e ansiedades sobre o destino de bases continental dos EUA, nesse contexto, na década de 1950 e 1960.

De igual forma, a manutenção do Caribe e da América Latina como zonas de influência dos EUA podem ser denotados, de acordo com Petras (2001). Os estrategistas militares estadunidenses atribuírem a importância dessas regiões ao fato de que mais de 39% do comércio dos EUA se realiza no Hemisfério Ocidental. Além do mais, 49 centavos de cada dólar gasto pela América Latina são em bens e serviços importados dos EUA. A América Latina e Caribe fornecem mais petróleo aos EUA do que todos os países do Oriente Médio.

Assim, o império militar norte-americano, dirigido pelo US SOUTH COM³, tem construído e estendido múltiplas organizações regionais, coordenadas pelo Comando dos EUA de Miami e Porto Rico. O império tem controle e influência sobre o espaço aéreo, as águas costeiras, as rotas fluviais e terrestres - através dos aeroportos, instalações navais e bases militares. O Império está construído e sustentado pelo fornecimento de equipes militares, treinamento e serviços aos clientes latino-americanos e caribenhos. O US SOUTH COM executa um grande número de programas (178 no ano 2000), combinando operações e exercícios de treinamento, cursos de formação, equipes móveis de treinamento, intercâmbio de unidades e financiamento de vendas militares. (PETRAS, 2001, p. 2).

Diferentemente da década de 1990 quando foram fechadas bases nas Filipinas, Panamá, Arábia Saudita, Vieques e Uzbequistão (SIMBULAN, 1985 *apud* LUTZ, 2010) - muitas das quais reabertas depois do 11 de Setembro de 2001 -, a presença militar dos EUA em Guam não tem planos de ser finalizada. Os projetos de expansão da presença estadunidense na região só tendem a crescer a cada novo governo:

Os planos são de tirar o fôlego em seu alcance, incluindo a remoção de 71 acres de recifes de coral da Apra Harbor para permitir a entrada e atracação de porta-aviões nuclear, a aquisição de terrenos, incluindo o mais antigo e venerado Chamorro aldeia na ilha de Pagat para um live-fogo escala de treinamento, e um aumento estimado de 47 por cento da população da ilha, já passou a sua capacidade de abastecimento de água de transporte. A expansão militar está sendo planejado com um terço da ilha já em mãos militares e um legado substancial histórico de contaminação ambiental e esgotamento, o controle político externo, e outros problemas trazidos pela presença militar existente. (LUTZ, 2010, p. 1).

Está mais do que claro que o findar da Guerra Fria trouxe um reordenamento geopolítico, mas de modo a expandir e não frear a expansão norte-americana. Num primeiro momento, o sentido parecia oposto, como no caso da base de Roosevelt Roads, até então uma das maiores bases estadunidenses, e localizada em Porto Rico, que fora desativada em 2004, depois de protestos e gritos de defesa da soberania do povo porto-riquenho contra os testes militares, inclusive nucleares, realizados na região, em especial próximos da cidade de Vieques.

Apesar do fechamento da base, a área continua pertencendo aos EUA. A base naval que se espalha através 8.600 hectares na costa leste de Porto Rico, na cidade de Ceiba, injeta cerca de US\$300 milhões anuais na economia da ilha, de acordo com a Agência Reuters, conforme notícia veiculada a época. Ainda segundo a Agência Reuters (2004), o

³A área de responsabilidade do Comando Sul dos EUA (CUS SOUTH COM) abraça toda a América Central e a América do Sul, Caribe e as águas que a rodeiam, totalizando mais de 15,6 milhões de milhas quadradas e mais de 404 milhões de pessoas (PETRAS, 2001).

encerramento da base seguiu-se de uma bem-sucedida campanha para deter o uso da vizinha ilha de Vieques para jogos de guerra, e trouxe o que alguns viram como um fim simbólico do uso da ilha caribenha como uma colônia militar dos EUA:

A Marinha decidiu “puxar o plugue” na base maio 2003 depois que foi forçado a abandonar a sua gama de bombardeio em Vieques, um local chave para jogos de guerra dos EUA por cerca de 60 anos. (...) Autoridades disseram que mantendo Roosevelt Roads aberto sem o campo de treinamento Vieques seria um dreno em dólares dos contribuintes. (Agência Reuters, 01/04/2004).

A geopolítica e a estratégia das bases militares dos EUA e a continuação das premissas do Poder Marítimo e do *Rimland*

Após a consolidação da dominação continental, houve três períodos de ambição global expansiva nos EUA começo da história, em 1898, 1945 e 2001. Cada um está associado com a aquisição de um número significativo de novas bases militares no exterior. A guerra hispano-americana resultou na aquisição de um número de colônias, mas os EUA sistemas de bases foram muito menores do que a de seus pares políticos e econômicos, incluindo muitos países europeus, assim como o Japão. Nas próximas quatro décadas soldados dos EUA foram estacionados em apenas 14 bases, algumas muito pequenas, em Puerto Rico, Cuba, Panamá e Ilhas Virgens, mas também, já, estendendo-se através do Pacífico para o Havaí, Midway, Ilhas Wake e Guam, Filipinas, Xangai, dois nas Aleutas, American Samoa, e Ilhas Johnston (HARKAVY 1982, p. 8).

Conforme constatamos, a ocupação de áreas a exemplo de Porto Rico e Guam, bem como de diversas outras áreas insulares ou não através do globo, faz parte de um projeto de projeção de poder dos EUA desde o século XIX seguindo premissas geopolíticas. Nos tempos de Guerra Fria, as áreas insulares foram de suma importância por funcionarem de pontos de apoio tático de grande valia. Nove locais com armas nucleares são apontados no documento do Pentágono: Cuba, Porto Rico, Inglaterra, Alemanha Ocidental, os territórios dos EUA de Guam, Ilha Johnston e Midway, e do Alasca e Havaí, que foram, e alguns continuam sendo, territórios dos EUA nos primeiros anos da Guerra Fria (BURNS, 1999).

De acordo com Lutz (2010), ao lado de suas funções militares e econômicas, as bases têm dimensões simbólica e psicológica. Elas são expressões altamente visíveis da vontade de uma nação de status e poder. Elites estratégicas construíram bases como um sinal visível do poder da nação, tanto quanto os monumentos e navios de guerra. Assim,

também os políticos contemporâneos dos EUA tem tratado o número de suas bases como indicadores de *hyperstatus* e hiperpotência da nação:

Realmente, em termos estratégicos, a projeção geopolítica dos Estados Unidos, na direção da Ásia, e a vastidão do seu próprio território continental, que separava o litoral do Atlântico do litoral do Pacífico, constituíam um problema para a defesa, dado que era difícil separar e, quando necessário, reunir suas frotas, em caso de guerra. Esta foi uma das razões pelas quais o presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) apressou a abertura de um canal interoceânico, no istmo do Panamá, território pertencente à Colômbia, a fim de consolidar os alicerces do império, cuja soberania se expandira de Cuba e Porto Rico, no Caribe, até Tutuila, no arquipélago de Samoa, e Guam, ao sul do Pacífico, quinze milhas a leste das Filipinas, possibilitando que suas frotas pudessem circular livremente e reunir-se, no momento e no local em que as circunstâncias táticas e estratégicas o exigissem. Motivos tanto militares quanto civis faziam “imperativos” o estabelecimento de “fácil e rápida” comunicação por mar, entre o Atlântico e o Pacífico. (ROOSEVELT, 1985, p. 538).

Oficialmente, a partir de 2008 (a última data em que o Departamento de Defesa dos EUA tornou público esses dados) mais de 150.000 soldados e 95.000 funcionários civis estavam distribuídos por 837 instalações militares dos EUA em 45 países e territórios, excluindo Iraque e Afeganistão. Lá, os militares dos EUA possuem ou alugam 720 mil hectares de área e utilizam 60 mil edifícios além de estruturas avaliadas em US\$145 bilhões. Mais de 4.742 bases militares estão localizadas dentro dos Estados Unidos. Estes números oficiais são bastante falaciosos quanto à escala de militares dos EUA no estrangeiro, justamente porque não consideram as novas bases e a presença militar no Iraque e Afeganistão, nem instalações secretas ou não reconhecidas em Israel, Kuwait, Filipinas e outros lugares (Figura 5) (LUTZ, 2010).

Ao terminar a década, a distribuição geopolítica das novas bases militares norte-americanas não deixa dúvidas sobre a existência de um novo “cinturão sanitário”, separando a Alemanha da Rússia, e a Rússia da China, e sobre a existência de um novo poder militar global, com o controle centralizado de uma infraestrutura mundial de poder, com mais de 700 bases ao redor do mundo, com acordos de “apoio militar recíproco” com cerca de 130 países, com o controle soberano de todos os oceanos, e com a capacidade de intervenção quase instantânea, em qualquer ponto do espaço aéreo mundial. (FIORI, 2004, p. 8).

oferta de segurança as nações protegidas para as rotas comerciais e seus recursos naturais contra a cobiça dos vizinhos (LUTZ, 2010).

Nicholas J. Spykman era um ferrenho defensor de uma política intervencionista norte-americana tanto na Europa quanto na Ásia. Contrariando os argumentos dos estrategistas que defendiam a hegemonia dos Estados Unidos apenas no âmbito do continente americano e o isolacionismo em relação ao equilíbrio de poder na Europa e na Ásia, Spykman dizia claramente que a América seria vulnerável às invasões provenientes tanto do Hemisfério Ocidental (Europa) quanto do Hemisfério Oriental (Ásia). (CANCIAN, 2006, p. 3).

As premissas de Mahan e Spykman estão mais vivas que nunca na conjuntura atual. De acordo com Cancian (2006), essa macroestratégia teria como consequência a criação de várias linhas de defesa, baseadas em bases navais situadas no Hemisfério Norte, região do globo terrestre que concentra os principais centros do poder mundial. A primeira linha de defesa, contudo, deveria estar situada na orla eurasiática, ou seja, em regiões-países fronteiriços ao *Heartland*, área que Spykman chamou de *Rimland*, e que Mahan colocava como fundamental visto que as potências do heathland makinderiano eram de poder predominantemente terrestre:

O domínio das águas do Pacífico é um objetivo estratégico tradicional dos Estados Unidos, acentuado atualmente pelo aumento da importância da China. O exército norte-americano mantém 37.000 homens e 100 aviões de combate de última geração na Coreia do Sul; 50.000 soldados no Japão (sobretudo na base de Okinawa) e 600 soldados, entre os quais 130 dos corpos de elite, transferidos recentemente para as Filipinas. (GALINDO, 2002, p. 1).

Considerando então a possibilidade de união das estratégias pensadas por Mahan no que tange o poder marítimo e de controle do *Rimland* na Eurásia conforme Spikman, a posse de regiões estratégicas nos oceanos, em especial o Atlântico e o Pacífico pode ser compreendida segundo a lógica da projeção de poder dos EUA para garantir um alcance global de seus interesses. Qualquer potencial desafiador de Washington na Eurásia deve tornar-se um alvo para a estratégia global dos EUA. Nesse sentido, EUA não tolerarão nenhum concorrente ou futuro rival na Eurásia, pois o controle desse vasto território, desde o Leste do Atlântico até o Pacífico Ocidental, é a chave para a dominação global (ROZZOF, 2010).

Um dos pontos que podemos destacar para ilustrar a possibilidade de continuação da aplicabilidade de Teorias do Poder Marítimo e do *Rimland* é a revisão política da estratégia norte-americana ocorrida em 1995, e que serviu para redefinir e reestruturar sua relação com as áreas insulares, em reconhecimento ao avanço político e aumento do auto-governo das áreas insulares.

No contexto do pós-guerra fria, os Estados Unidos decidiram revisar e redefinir o relacionamento e os mecanismos administrativos com as áreas insulares. Assim, criou o Escritório de Relações Insulares dos EUA, em 04 de agosto de 1995, através do Despacho nº 3.191 do Secretário de Estado dos EUA, no intuito de reorganizar a administração dessas áreas, e o Departamento do Interior tem a responsabilidade administrativa pela coordenação da política federal nos territórios de Samoa Americana, Guam, Ilhas Virgens dos EUA e Comunidade da Mariana Islands do Norte, além de supervisão de programas federais e fundos nos estados associados dos Estados Federados da Micronésia, República das Ilhas Marshall e República de Palau.

Esse escritório foi criado especificamente para cuidar e administrar as relações insulares dos EUA no sentido de zelar pelo cumprimento dos acordos de livre-associação, como no caso de Porto Rico, ou de possessões e territórios não-anexados, caso de Guam. Vinculado diretamente ao Departamento de Interior dos EUA:

O Departamento do Interior tem a responsabilidade administrativa na coordenação da política federal nos territórios de Samoa Americana, Guam, nas Ilhas Virgens dos EUA, e da Comunidade da Mariana Islands do norte, e supervisão de programas federais e fundos nos estados livremente associados, tais como os Estados Federados da Micronésia, a República das Ilhas Marshall e a República de Palau. (Escritório de Relações Insulares, 2011. Tradução nossa).

O que pode ser observado nesse caso é também uma aparente fusão de premissas contidas nas Teorias do Poder Marítimo e na Teoria do *Rimland*, as quais juntas apresentam ordenamentos claramente detectados na estratégia de projeção de poder dos EUA. Por um lado, a expansão marítima mahaniana e a construção de bases, de outro lado, a constante vigilância dos oceanos Atlântico e Pacífico, pontos que Spykman dizia ser o norteador da política intervencionista dos EUA de poder periférico baseado na Teoria do *Rimland*, tendo como resultado o desenvolvimento do poder aeronaval e a supremacia nos mares e oceanos, seguindo a ótica de Cancian (2006).

Uma das formas que América descobriu para poder manter o seu poder, foi atuar diretamente através da sua implicação na política externa. Esta atuação não foi inocente. Ela é feita através da leitura e da interpretação de Spykman. América deixou assim de se ver como uma ilha inatingível para se envolver no problema concreto do mundo onde ela é parte integrante. Este envolvimento viu-se na participação americana na reconstrução de Alemanha e do Japão e consequentemente nas suas integrações nas organizações e instituições internacionais. (VALENTIM, 2009, p. 1).

Apresenta-nos Dias (2002, p. 2), que na sua teoria da conquista do mundo, Spykman afirma que:

(...)o domínio do mundo passa pelo domínio do *Heartland*, que por sua vez carece da conquista prévia do *Rimland* e que neste quadro, seria necessária a existência de uma política intervencionista permanente, numa solução híbrida entre o poder continental e o poder marítimo, havendo que selecionar as regiões ou áreas onde intervir, sendo que estas fariam parte de *Rimland*.

Considerações finais

Após analisarmos o contexto expansionista territorial e de influência dos EUA, podemos chegar à conclusão que, de fato, houve um ordenamento estratégico ao longo do século XIX e XX segundo as premissas da Teoria do Poder Marítimo do Almirante Mahan e da Teoria do *Rimland* de Spykman. O fato é que elas foram de grande importância desde a gênese do projeto de projeção de poder global dos EUA, bem como para a ampliação das fronteiras estratégicas do país que hoje vão do Oceano Atlântico ao Pacífico, além do controle de áreas insulares em todos os mares do mundo.

As premissas de Mahan servem claramente à expansão dos EUA até meados da metade do século XX, porém, apenas a expansão contida na Teoria do Poder Marítimo não pode ser usada para explicar a estratégia norte-americana, especialmente após a segunda metade do século XX, quando o antagonismo URSS e EUA fizeram com que as disputas geográficas por zonas de influência terrestres fossem tão importante quanto o poder marítimo. Nesse contexto, paralelamente a grande massa de bases dos EUA na Europa que dá suporte a OTAN, havia a necessidade de equivalente no *Rimland*, ou seja, no entorno do heartland mackinderiano. Assim, denota-se o uso conjunto de análises estratégicas de ambos os geopolíticos americanos na construção da política de projeção de poder estadunidense.

O que pode ser observado é que a busca de pontos estratégicos ou de expansão territorial dos EUA parece ter tomado novos rumos no século XXI, agora também orienta-

da pelo controle das fontes de energia, de mercados consumidores e de investimentos em áreas e rotas marítimas próximas da Ásia, a exemplo de Guam. A guerra do Iraque e a reativação da IV Frota, dentre outros, indica uma maior preocupação dos EUA no que tange as fontes de energia. É o que Klare (2008) chama de geopolítica da energia.

Apesar desse novo ordenamento geopolítico, a premissa de dominação dos mares proposta por Mahan continua a fazer parte do seio estratégico estadunidense, principalmente com a expansão da influência política e econômica da China, e devido ao fato das maiores rotas comerciais ainda continuarem a ser marítimas.

De acordo com Hideaki Kaneda, ex-Vice Almirante das Forças de Defesa do Japão, “em uma época de mísseis e ameaças terroristas muita gente pensa que o Poder Marítimo é um conceito e um termo do passado. Não na China. Na verdade, a China está colocando uma ênfase crescente sobre os interesses navais e marítimos: o desenvolvimento econômico, ordenamento do território, a segurança energética, alimentar e o comércio”. Quer dizer, as premissas geopolíticas elaboradas nos séculos XIX e XX parecem mais vivas do que nunca no século XXI.

Nada que os EUA já não o façam desde os séculos XIX e XX, orientados pelas teorias de Mahan e Spykman, agora junto com uma corrida pelo controle de fontes de energia, em especial o petróleo, que orientam uma estratégia política e energética de interesse nacional.

Referências

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Geopolítica e Política Exterior Estados Unidos, Brasil e América do Sul**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

_____. A importância geopolítica da América do Sul na estratégia dos Estados Unidos. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 89, outubro de 2008.

BARNES, Mark R. **The Puerto-Rican Naval Campaign**. n.d., 1898.

BRÁS, Juan Mari e Mayagüez. **Perspectiva e antecedentes da novíssima luta pela independência em Porto Rico, 2008**. Disponível em <http://www.redportiamerica.com/perspectiva_e_antecedentes.html>. Acesso em 20 de novembro de 2011.

BURNS, Robert. **Pentagon Reveals Weapons Locations**. Disponível em <<http://www.greatdreams.com/weapons.htm>>. Acesso em 30 de outubro de 2011.

CANCIAN, Renato. **Geopolítica: Teorias do Heartland e do Rimland**. 2007. Texto de Sociologia. Universo On Line UOL - Educação/Sociologia). Disponível em <<http://educacao.uol.com.br/sociologia/geopolitica-teorias-do-heartland-e-do-rimland.jhtm>>. Acesso em 09 de novembro de 2011.

FERGUSON, Niell. **Hegemony or Empire?** Disponível em <<http://www.foreignaffairs.com/articles/59200/niall-ferguson/hegemony-or-empire>>. Acesso em 25 de março de 2011.

FERREIRÓS, Alejandro Mackinlay. **Las ambiciones Marítimas de China**. Documento de Opinión 06/2011. Disponível em <http://www.ieee.es/Galerias/fichero/docs_opinion/2011/DIEEO06_2011AmbicionesMaritimas-China.pdf>. Acesso em 20 de novembro de 2011.

FIORI, José Luís. **Nicholas Spykman e a América Latina**, 2007. Disponível em <<http://www.ammersur.org.ar/PolInt/Fiori.htm>>. Acesso em 30 de outubro de 2011.

_____. A nova geopolítica das nações e o lugar da China, Índia, Brasil e África do Sul. **Oikos**, 2004. Disponível em <<http://www.unicap.br/real/artigos/ProfFiori.pdf>>. Acesso em 30 de outubro de 2011.

GALINDO, Juan Carlos. **Uma rede militar global**. 2002. Disponível em <http://imediata.org/lance-dedados/galindo_redemilitar.html>. Acesso em 10 de outubro de 2011.

GUSTERSON, Hugh. **EUA: O Império das bases militares**. 2004. Disponível em <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=57712>>. Acesso em 20 de outubro de 2011.

HARKAVY, R.E. **Great Power Competition for Overseas Bases: The Geopolitics of Access Diplomacy**. New York: Pergamon, 1982.

LUTZ, Catherine. **American Military Bases on Guam: The US Global Military Basing System**. 2010. Disponível em <<http://www.globalresearch.ca/index.php?context=va&aid=20405>>. Acesso em 05 de novembro de 2011.

_____. **Homefront: A Military City and the American 20th Century**. Boston: Beacon Press, 2001.

MACKINDER, Halford T. The geographical pivot of history. **Geographical Journal**, n. 23, p. 421-437, 1904 [Trad. ao espanhol em: RATTENBACH, A. B. (Comp.): *Antología Geopolítica*. Buenos Aires: Pleamar, p. 65-81, 1975].

_____. **Britain and the Britain Seas**. Oxford: At the Clarendon Press, 2nd edition, 1925, p. 334.

MAHAN, Alfred Thayer. **The Influence of Sea Power upon history 1660-1783**. New York: Dover Publication, 1987.

_____. **Retrospect & Prospect: suties in International Naval and Political**. London: Sampson Low, Maston & Company, 1902.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. **Quem tem medo da geopolítica?** São Paulo: Hucitec/Edusp, 1999.

PETRAS, James. **Construção do império Norte-Americano na América Latina: a estratégia militar dos Estados Unidos (I)**. 2001. Disponível em <<http://www.resistenciabr.org/contrucao.htm>>. Acesso em 10 de novembro de 2011.

Portal do **CIA – The World Factbook**. Disponível em <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em 10 de novembro de 2011.

Portal do **Departamento de Defesa dos EUA**. Disponível em <www.defense.gov>. Acesso em 10 de novembro de 2011.

Portal do **Departamento de Estado dos EUA**. Disponível em <www.state.gov/>. Acesso em 10 de novembro de 2011.

Portal do **Departamento de Interior /Escritório de Relações Insulares dos EUA**. Disponível em <<http://www.doi.gov/oia/index.html>>. Acesso em 10 de novembro de 2011.

Portal do **U.S. History Online Textbook**. Disponível em <<http://www.ushistory.org/us/44b.asp>>. Acesso em 10 de novembro de 2011.

ROOSEVELT, Theodore. **Theodore Roosevelt. An Autobiography**. Nova York: A Da Capo Paperback, 1985.

ROZZOF, Rick. **A Estratégia Global dos EUA: Derrotar Potenciais Desafiadores na Eurásia**. Disponível em <<http://www.esquerda.net/dossier/estrat%C3%A9gia-global-dos-eua-derrotar-potenciais-desafiadores-na-eur%C3%A1sia>>. Acesso em 28 de outubro de 2011.

SANTANA, Eliezer. **La relacion de Puerto Rico com los Estados Unidos em el siglo XX**. Disponível em <<http://library.jid.org/en/mono35/santana.pdf>>. Acesso em 22 de março de 2011.

SANTOS, Joildo. **O império das bases militares**, 2009. Disponível em <<http://www.joildo.net/artigos/o-imperio-das-bases-militares/>>. Acesso em 20 de outubro de 2011.

SPYKMAN, Nicholas J. Geography and foreign policy, I. **American Political Science Review**, Baltimore, MD-USA, n.32, p.28-50, 1938.

_____. **America's Strategy in World Politics**. New York: Harcourt, Brace and Company, 1942.

TEIXEIRA, José Achilles Abreu Jorge. O pensamento Geopolítico da Rússia no início do século XXI e a Geopolítica Clássica. **Revista da Escola de Guerra Naval**, Rio de Janeiro, n. 13, 2008, p. 122-146.

VIEIRA, Fernando Henrique Otsuzi. **Desarmamento Nuclear da França**. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Tema Desarmamento, 2003.

Recebido em Abril de 2012.

Publicado em Julho de 2012.